



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

**DO PAPEL À TELA: gestão da produção editorial digital como indutora de capital cultural e desenvolvimento regional no interior do Brasil**

**Jéssica Mayara Sexuqui Furlaneto**  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)  
profjessicasexuqui@gmail.com

**Fabricio Antonio Deffacci**  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)  
fabricioad@uems.br

**RESUMO**

O presente artigo analisa de que maneira a gestão da produção editorial digital pode atuar como indutora de desenvolvimento regional, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais de acesso à cultura escrita, como o interior do Brasil e o estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, utilizando dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2024) e relatórios da Câmara Brasileira do Livro. Os resultados evidenciam que o modelo tradicional de distribuição do livro, centrado no suporte físico, reforça desigualdades regionais devido a limitações logísticas e à concentração da cadeia produtiva em grandes centros urbanos. Por outro lado, a digitalização do livro amplia o acesso ao conteúdo, reduzindo barreiras territoriais e possibilitando a emergência de novos agentes no campo editorial, especialmente por meio da autopublicação. Contudo, verifica-se que o aumento do acesso digital não se traduz automaticamente em formação de leitores, sendo necessária a mediação educacional e cultural. Conclui-se que a gestão editorial digital pode contribuir para o desenvolvimento regional, desde que articulada a políticas de incentivo à leitura e estratégias de formação do capital cultural.

**Palavras-chave:** Gestão editorial; Desenvolvimento regional; Capital cultural; Livro digital; Mato Grosso do Sul.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o setor editorial brasileiro tem sido atravessado por transformações estruturais profundas, decorrentes tanto de mudanças tecnológicas quanto de reconfigurações nos padrões de consumo cultural. A crise do modelo tradicional de comercialização do livro, evidenciada pelo fechamento de grandes redes varejistas e pela retração das livrarias físicas, revela não apenas dificuldades econômicas conjunturais, mas a exaustão de uma lógica de produção e distribuição fortemente dependente da materialidade do impresso e da concentração geográfica dos circuitos de circulação cultural (THOMPSON, 2012). Nesse contexto, a emergência das tecnologias digitais inaugura novas possibilidades de organização da cadeia produtiva editorial, tensionando modelos consolidados e abrindo espaço para formas alternativas de acesso e difusão do conhecimento.

Do ponto de vista histórico, o acesso ao livro no Brasil esteve condicionado por desigualdades territoriais marcantes. A concentração de editoras, livrarias e centros de distribuição nos grandes eixos urbanos, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul, contribuiu para a formação de um padrão espacial excludente, no qual o interior do país permaneceu à margem dos fluxos regulares de circulação de bens culturais. Essa configuração resultou em limitações estruturais ao acesso à leitura, impactando diretamente a formação do capital cultural das populações localizadas fora dos grandes centros (SANTOS, 1996; FURTADO, 2000).

A partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (1996), o livro constitui um elemento central na formação do capital cultural, operando tanto como bem simbólico quanto como instrumento de reprodução social. Sua distribuição desigual, portanto, não apenas reflete, mas também reforça as hierarquias sociais e territoriais existentes. Nesse sentido, compreender as dinâmicas de acesso à leitura implica reconhecer que o capital cultural não é distribuído de forma homogênea, mas condicionado por fatores estruturais que incluem renda, escolaridade, localização geográfica e disponibilidade de infraestrutura cultural.

No caso brasileiro, essas desigualdades se tornam ainda mais evidentes quando analisadas sob a ótica do desenvolvimento regional. Regiões periféricas e cidades do interior enfrentam dificuldades adicionais relacionadas à logística de distribuição do livro físico, como altos custos de transporte, baixa escala de consumo e ausência de redes comerciais consolidadas. Esse cenário contribui para a formação do que pode ser denominado um “vazio bibliográfico”, no qual o acesso à cultura escrita se torna restrito e irregular.

A teoria da causalção circular e cumulativa, proposta por Gunnar Myrdal (1957), oferece



um referencial analítico relevante para compreender esse fenômeno. Segundo o autor, o subdesenvolvimento se caracteriza por processos de retroalimentação negativa, nos quais desvantagens iniciais tendem a se intensificar ao longo do tempo. No contexto do acesso à leitura, a baixa oferta de livros reduz o interesse e o hábito leitor; a baixa demanda desestimula investimentos no setor; e a ausência de investimentos perpetua a escassez de oferta. Esse ciclo contribui para a manutenção de níveis reduzidos de capital cultural em determinadas regiões, reforçando desigualdades territoriais.

Entretanto, a expansão das tecnologias digitais e da internet introduz uma inflexão significativa nesse cenário. A digitalização do livro e a disseminação de dispositivos móveis possibilitam novas formas de acesso à informação, reduzindo a dependência de infraestruturas físicas tradicionais e ampliando o alcance potencial da produção editorial (CASTELLS, 2010; LÉVY, 1999). Nesse contexto, o livro digital emerge como um vetor capaz de tensionar as barreiras geográficas que historicamente limitaram o acesso à cultura escrita no interior do país.

Dados recentes da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2024) evidenciam, contudo, um paradoxo importante: enquanto o uso da internet como forma de lazer cresce de maneira expressiva, atingindo cerca de 78% da população, os índices de leitura permanecem relativamente estáveis e, em muitos casos, abaixo da média nacional em determinadas regiões, como Mato Grosso do Sul. Esse cenário indica que a presença de infraestrutura digital, embora necessária, não é suficiente para promover a formação de leitores, sendo fundamental considerar os processos de mediação cultural e educacional que transformam o acesso à informação em capital cultural efetivo.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira a gestão da produção editorial digital pode atuar como indutora de desenvolvimento regional, especialmente em territórios marcados por desigualdades de acesso à cultura escrita. Busca-se compreender se a transição do suporte físico para o digital é capaz de romper os ciclos de exclusão cultural descritos por Myrdal, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento e para a ampliação do capital cultural em regiões periféricas.

A relevância do estudo reside na necessidade de articular duas dimensões frequentemente analisadas de forma separada: a gestão da produção editorial e o desenvolvimento regional. Ao integrar essas perspectivas, o trabalho contribui para ampliar a compreensão sobre o papel da cultura e da informação na construção de trajetórias de desenvolvimento, destacando a centralidade da leitura como prática social e como recurso estratégico para a formação de capital humano e simbólico.

Em se tratando da metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada na análise de dados secundários e na revisão bibliográfica. Foram utilizados como principais fontes os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2024), relatórios da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e literatura acadêmica relacionada às temáticas de capital cultural, desenvolvimento regional e transformação digital. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os indicadores empíricos e os referenciais teóricos adotados.

Por fim, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira apresenta a fundamentação teórica sobre capital cultural e desmaterialização do livro; a segunda discute as assimetrias territoriais da cadeia produtiva editorial; a terceira analisa a gestão editorial digital e a autopublicação; e a quarta integra essas dimensões na discussão dos avanços e limites da digitalização no contexto do desenvolvimento regional. Com isso, busca-se oferecer uma análise abrangente e crítica sobre as possibilidades e desafios da transição do papel à tela como estratégia de democratização do acesso à cultura escrita no Brasil.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA: O CAPITAL CULTURAL E A DESMATERIALIZAÇÃO DO OBJETO

A história das práticas de leitura está intrinsecamente associada às transformações materiais dos suportes de registro do conhecimento. Desde a invenção da prensa tipográfica por Johannes Gutenberg, no século XV, o livro impresso consolidou-se como o principal dispositivo de difusão do saber, estruturando não apenas o acesso à informação, mas também as formas de organização social, educacional e cultural. Nesse contexto, o objeto livro assumiu centralidade na constituição do que Pierre Bourdieu denomina capital cultural objetivado, isto é, um conjunto de bens materiais, como livros, obras de arte e instrumentos culturais, que operam como marcadores de distinção social e de poder simbólico.

Sob essa perspectiva, o livro impresso não pode ser compreendido apenas como um meio técnico de transmissão de conteúdo, mas como um artefato social que participa da reprodução das estruturas de classe. Ao ser acumulado em bibliotecas privadas ou institucionais, o livro funciona como um indicador de capital cultural, cuja posse e domínio refletem desigualdades historicamente construídas. Conforme Bourdieu (1996), o capital cultural manifesta-se em três estados: incorporado (disposições duráveis do habitus), objetivado (bens culturais) e institucionalizado (títulos acadêmicos). O livro, enquanto objeto material,

articula especialmente os dois primeiros, pois sua apropriação exige competências prévias de leitura, interpretação e valorização simbólica.

Nesse sentido, a materialidade do livro impresso desempenhou, ao longo dos séculos, um papel estruturante na formação do habitus leitor. A leitura linear, sequencial e concentrada, características do suporte físico, contribuiu para a consolidação de práticas cognitivas específicas, associadas à profundidade interpretativa e à construção de repertórios culturais densos (CHARTIER, 1999). Contudo, esse modelo de acesso ao conhecimento esteve historicamente condicionado por barreiras econômicas e logísticas, especialmente em territórios periféricos ou distantes dos grandes centros urbanos.

No caso brasileiro, essas limitações assumem uma dimensão territorial significativa. A concentração da cadeia produtiva do livro, editoras, distribuidoras e livrarias, nos grandes eixos urbanos, especialmente no Sudeste, produziu o que pode ser denominado de desigualdade espacial do capital cultural. Regiões como o interior do país enfrentaram, por décadas, restrições estruturais ao acesso ao livro, decorrentes de custos elevados de produção, distribuição e comercialização. Assim, o capital cultural objetivado permaneceu territorialmente concentrado, reforçando ciclos de exclusão cultural.

É nesse cenário que a emergência das tecnologias digitais inaugura uma inflexão paradigmática. A digitalização do livro e a expansão da internet alteram profundamente as condições materiais de acesso à informação, promovendo o que pode ser caracterizado como um processo de desmaterialização do objeto cultural. A biblioteca física cede lugar a plataformas digitais, nas quais múltiplos conteúdos podem ser acessados por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Essa transformação redefine não apenas o suporte, mas também as formas de apropriação do conhecimento.

A partir da perspectiva bourdieusiana, essa transição implica uma reconfiguração do capital cultural. Se, no modelo tradicional, o acesso estava condicionado à posse do objeto físico, na era digital ele passa a depender da capacidade de navegação, seleção e interpretação em ambientes informacionais complexos. Nesse sentido, o capital cultural assume uma dimensão cada vez mais próxima do que pode ser denominado capital informacional, entendido como a competência para acessar, filtrar e atribuir sentido à informação disponível em redes digitais.

Essa mudança desloca o eixo das desigualdades. Se antes o principal limitador era o acesso material ao livro, agora emergem novas formas de exclusão relacionadas às competências digitais, ao letramento informacional e à infraestrutura tecnológica. Como



observa Bourdieu (1987), o espaço social é multidimensional, estruturado por diferentes formas de capital que se articulam e se convertem mutuamente. Assim, o capital cultural, o capital econômico, o capital social e o capital simbólico operam de maneira interdependente na definição das posições sociais.

No contexto contemporâneo, a digitalização não elimina as desigualdades, mas as reconfigura. O acesso à internet, a qualidade da conexão e as habilidades de uso das tecnologias tornam-se variáveis centrais na distribuição do capital cultural. Dessa forma, a transição do papel à tela não deve ser interpretada como um processo automaticamente democratizador, mas como uma transformação que exige novas formas de mediação social e institucional.

Ao transpor essa discussão para a cadeia produtiva do livro, observa-se que a desmaterialização reduz significativamente os custos associados à produção e à distribuição. A eliminação de etapas como impressão, armazenamento e transporte físico permite que o conteúdo circule com maior fluidez, rompendo barreiras geográficas que historicamente limitaram o acesso em regiões periféricas. Nesse sentido, a gestão da produção editorial digital assume um papel estratégico, pois passa a operar não apenas como atividade econômica, mas como mecanismo de redistribuição do capital cultural.

Entretanto, essa potencialidade depende de um elemento central na teoria de Bourdieu: a legitimidade simbólica. O capital simbólico corresponde ao reconhecimento social de determinados bens ou práticas como legítimos e valiosos. No caso do livro digital, sua consolidação como forma legítima de leitura ainda enfrenta resistências culturais, associadas ao prestígio histórico do livro impresso. Assim, a eficácia da digitalização não se limita à disponibilidade técnica, mas envolve processos de legitimação social que equiparem o valor simbólico da leitura em tela ao da leitura em papel.

Além disso, as transformações nas práticas de leitura devem ser compreendidas à luz das mudanças mais amplas na organização do tempo social e nas formas de consumo cultural. Dados recentes da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil indicam que o uso da internet como principal atividade de lazer cresceu de forma significativa nas últimas décadas, enquanto a leitura de livros permanece relativamente estável em níveis baixos. Esse deslocamento sugere que a competição pelo tempo dos indivíduos se intensificou, com a leitura disputando espaço com outras formas de entretenimento digital.

Nesse contexto, a leitura digital tende a assumir características distintas da leitura tradicional. A fragmentação, a velocidade e a multiplicidade de estímulos presentes no ambiente online favorecem práticas de leitura mais superficiais e dispersas. Como argumenta Thompson



(2012), a indústria editorial contemporânea opera em um ambiente marcado pela convergência de mídias e pela necessidade constante de adaptação a novos formatos e comportamentos de consumo. Isso implica desafios adicionais para a gestão editorial, que deve equilibrar acessibilidade e profundidade cognitiva.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, essas transformações assumem particular relevância. Em territórios historicamente marcados pela escassez de infraestrutura cultural, como o interior do Brasil, a digitalização do livro representa uma oportunidade de superação de barreiras estruturais. A possibilidade de acesso instantâneo a conteúdos diversos reduz a dependência de redes físicas de distribuição e amplia o potencial de formação leitora.

Contudo, essa potencialidade não se realiza automaticamente. A conversão do acesso à informação em capital cultural incorporado depende de condições sociais, educacionais e institucionais que favoreçam a apropriação crítica do conteúdo. Sem essas mediações, a abundância informacional pode resultar em consumo superficial, sem impacto significativo na formação cultural dos indivíduos.

Nesse sentido, a gestão da produção editorial digital deve ser compreendida como um campo estratégico de intervenção. Não se trata apenas de disponibilizar conteúdos em formato digital, mas de construir ecossistemas de leitura que integrem tecnologia, educação e políticas culturais. A promoção do letramento digital, o incentivo à produção local de conteúdo e a articulação com instituições educacionais são elementos fundamentais para que a digitalização contribua efetivamente para o desenvolvimento regional.

Por fim, a desmaterialização do livro revela uma dimensão mais ampla das transformações contemporâneas: a redefinição das relações entre suporte, conteúdo e leitor. Como argumenta Chartier (1999), as formas materiais do texto influenciam diretamente suas modalidades de leitura e interpretação. Assim, compreender a transição do papel à tela exige reconhecer que não se trata apenas de uma mudança tecnológica, mas de uma reconfiguração das práticas culturais e das formas de produção e circulação do conhecimento.

Dessa forma, a análise do livro como agente de desenvolvimento regional deve considerar não apenas sua disponibilidade, mas as condições sociais de sua apropriação. A digitalização abre possibilidades inéditas de acesso, mas também impõe novos desafios, exigindo uma gestão capaz de transformar o potencial tecnológico em efetiva ampliação do capital cultural e, conseqüentemente, em desenvolvimento territorial.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, orientada pela análise de dados secundários e pela revisão bibliográfica. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender um fenômeno complexo, a relação entre gestão editorial digital e desenvolvimento regional, a partir de suas múltiplas dimensões sociais, culturais e territoriais, que não podem ser reduzidas a variáveis exclusivamente quantitativas (GIL, 2002; MINAYO, 2001).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, uma vez que busca aprofundar a compreensão de um campo ainda em consolidação — a interface entre produção editorial digital e desenvolvimento regional —, bem como descritiva, ao analisar dados e evidências empíricas relacionadas ao acesso à leitura no Brasil e, especificamente, no estado de Mato Grosso do Sul (GIL, 2002). Essa dupla caracterização permite não apenas mapear o fenômeno, mas também interpretá-lo à luz de referenciais teóricos consolidados.

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo fundamenta-se na análise documental e na revisão bibliográfica. A análise documental foi realizada a partir de fontes secundárias, com destaque para os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil – 6ª edição* (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2024), além de relatórios da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e de instituições relacionadas ao mercado editorial. Segundo Cellard (2008), a análise documental constitui uma técnica relevante para a investigação de fenômenos sociais, pois permite acessar informações sistematizadas que refletem práticas, comportamentos e estruturas sociais em determinados contextos.

A revisão bibliográfica, por sua vez, foi orientada por autores clássicos e contemporâneos que contribuem para a compreensão das categorias analíticas mobilizadas no estudo. Destacam-se, nesse sentido, Pierre Bourdieu (1987; 1996), com a teoria do capital cultural, e Gunnar Myrdal (1957), com a teoria da causação circular e cumulativa, fundamentais para a análise das desigualdades estruturais e territoriais. Além desses, foram incorporadas contribuições de autores como Milton Santos (1996), no que se refere à análise do território e dos fluxos, e Manuel Castells (2010), no que tange à sociedade em rede e às transformações decorrentes das tecnologias digitais.

No que concerne ao procedimento analítico, os dados foram tratados por meio de análise interpretativa, buscando estabelecer relações entre os indicadores empíricos e os referenciais teóricos adotados. Conforme Bauer e Gaskell (2007), a análise qualitativa de dados permite

compreender significados, padrões e relações que não são imediatamente evidentes, sendo particularmente adequada para estudos que envolvem dimensões simbólicas e culturais.

A estratégia metodológica adotada consiste, portanto, na triangulação entre dados empíricos, literatura teórica e interpretação analítica, o que contribui para a robustez e a consistência dos resultados. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a triangulação permite ampliar a validade das pesquisas qualitativas ao integrar diferentes fontes e perspectivas analíticas.

Por fim, reconhece-se que o estudo apresenta limitações, especialmente no que se refere à ausência de pesquisa de campo e à dependência de dados secundários. Nesse sentido, sugere-se que investigações futuras possam incorporar abordagens empíricas, como entrevistas e estudos de caso, a fim de aprofundar a compreensão sobre as práticas de leitura digital e os impactos da gestão editorial em contextos regionais específicos.

#### 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A discussão dos dados parte do reconhecimento de que o desenvolvimento regional, no campo da cultura letrada, não pode ser compreendido de forma dissociada das dinâmicas estruturais que organizam a produção, circulação e apropriação dos bens culturais no território. No caso brasileiro, essas dinâmicas são marcadas por profundas assimetrias espaciais que se manifestam tanto na concentração da cadeia produtiva do livro quanto nas desigualdades de acesso à leitura, evidenciando que o capital cultural, conforme proposto por Bourdieu (1996), é distribuído de maneira desigual e territorialmente condicionada.

Nesse sentido, a análise desenvolvida nesta seção está estruturada em três eixos articulados, que permitem compreender o fenômeno em sua complexidade. O primeiro eixo examina as assimetrias territoriais da cadeia produtiva editorial, destacando como os gargalos logísticos e a concentração espacial dos equipamentos culturais produzem um cenário de exclusão no interior do país. À luz da teoria da causalidade circular e cumulativa de Myrdal (1957), argumenta-se que essas limitações estruturais não apenas restringem o acesso ao livro, mas também reforçam ciclos de baixo desenvolvimento cultural, nos quais a escassez de oferta e a baixa demanda se retroalimentam.

O segundo eixo desloca a análise para o campo da gestão editorial e da autopublicação, compreendendo a convergência digital como um elemento de ruptura parcial dessas estruturas. A emergência de plataformas digitais e ferramentas de autopublicação reconfigura os mecanismos de produção e circulação do livro, permitindo que novos agentes — especialmente

autores localizados fora dos grandes centros — ingressem no campo editorial. Esse movimento, interpretado à luz da teoria dos sistemas produtivos e das transformações da economia cultural (THOMPSON, 2012; CANCLINI, 1995), evidencia o potencial da digitalização para democratizar o acesso aos meios de produção simbólica e fortalecer identidades locais.

Por fim, o terceiro eixo integra as dimensões anteriores ao analisar os avanços e entraves da publicação digital no contexto do desenvolvimento regional. Ainda que a digitalização reduza barreiras logísticas e amplie o alcance da produção editorial, os dados indicam que essa transformação não elimina as desigualdades, mas as reconfigura em novas bases, especialmente no âmbito do letramento digital, da mediação cultural e da centralidade das plataformas tecnológicas (CASTELLS, 2010; SRNICEK, 2017). Assim, a discussão evidencia que o acesso à tecnologia, por si só, não garante a formação de leitores, sendo necessário considerar os processos sociais que convertem informação em capital cultural incorporado.

A articulação desses três eixos permite compreender que a transição do modelo editorial físico para o digital não deve ser interpretada como uma substituição linear, mas como uma reconfiguração estrutural das relações entre território, cultura e tecnologia. Nesse processo, a gestão da produção editorial emerge como variável estratégica, capaz de atuar tanto na reprodução quanto na superação das desigualdades regionais, dependendo das formas como se articula às políticas públicas, às práticas educacionais e às dinâmicas locais de produção cultural.

Dessa forma, a presente seção busca não apenas descrever os dados, mas interpretá-los à luz de um quadro teórico que evidencia as tensões entre estrutura e transformação, desigualdade e inovação, exclusão e potencial de democratização. Ao fazê-lo, pretende-se demonstrar que o desenvolvimento regional, no contexto da cultura letrada, depende menos da simples expansão do acesso e mais da capacidade de construir mediações que transformem a circulação digital de conteúdos em efetiva ampliação do capital cultural e fortalecimento dos territórios.

#### 4.1 ASSIMETRIAS TERRITORIAIS E A CADEIA PRODUTIVA: DO GARGALO LOGÍSTICO À CONVERGÊNCIA DIGITAL

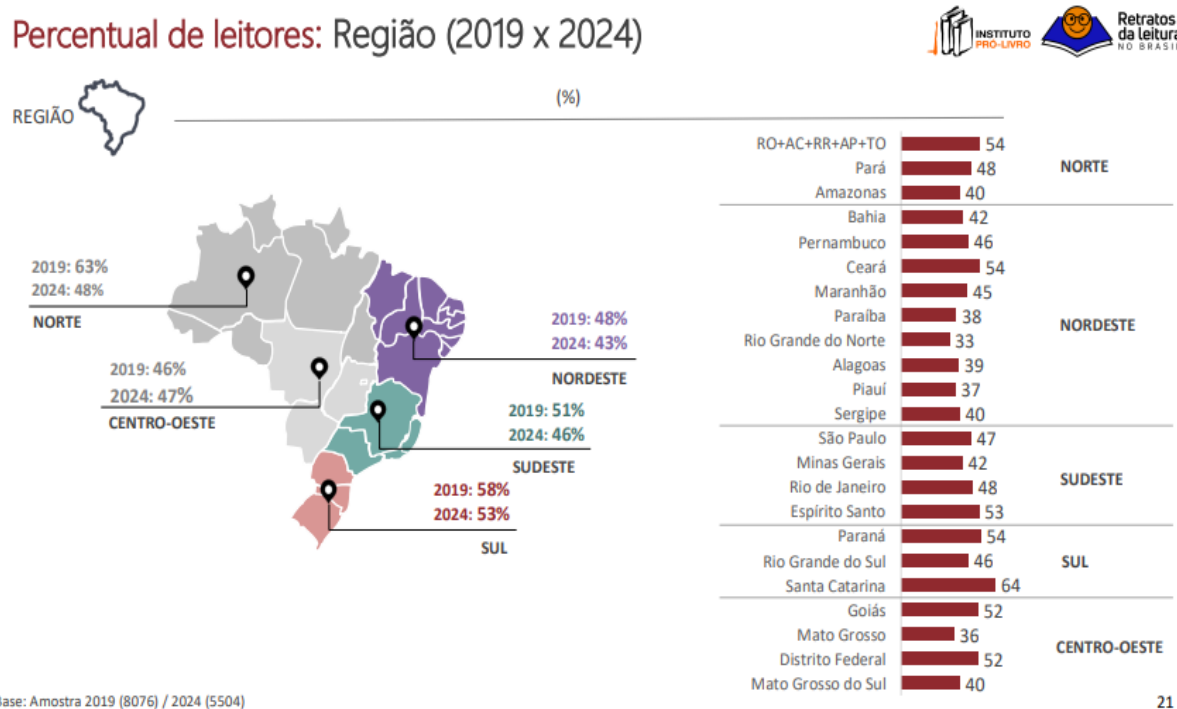
O desenvolvimento regional no Brasil é marcado por profundas disparidades no acesso a bens culturais. No mercado editorial, essa desigualdade manifesta-se na concentração de

livrarias, editoras e centros de distribuição nos grandes eixos do Sudeste, impondo ao interior do país um "vazio bibliográfico" que compromete a formação do capital cultural local.

A teoria da causação circular e cumulativa, proposta por Gunnar Myrdal (1957), é essencial para compreender a realidade do Mato Grosso do Sul. Segundo Myrdal, o subdesenvolvimento não é estático; ele se alimenta de ciclos. No contexto leitor, a baixa densidade de pontos de venda e o alto custo do frete para o interior criam um ciclo negativo: a dificuldade de acesso reduz o interesse pela leitura, o que desestimula a abertura de novos espaços culturais, mantendo a região em um patamar de baixo capital cultural.

Os dados da pesquisa Retratos da Leitura (2024) confirmam essa assimetria. Enquanto a média nacional de leitores é de 53%, o Mato Grosso do Sul registra apenas 40%. Essa diferença de 13 pontos percentuais em relação à média brasileira — e a distância em comparação ao Distrito Federal (52%) — evidencia que o território sul-mato-grossense sofre com o que Milton Santos (1996) define como "espaços opacos", onde a logística física do papel torna-se um entrave ao desenvolvimento. Conforme mostra o gráfico do percentual de leitores da IPL.

**Figura 01 – Percentual de leitores por região (2019–2024)**



Fonte: INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil – 6ª edição*. São Paulo, 2024.

Diante do colapso de grandes redes varejistas físicas, como a Livraria Cultura, a convergência digital surge como o mecanismo capaz de romper o ciclo de Myrdal. A desmaterialização do livro permite que a cadeia produtiva ignore as fronteiras geográficas e os custos de transporte que historicamente penalizaram cidades como Amambai e Ponta Porã.

A gestão da produção editorial voltada para a tela permite uma convergência de fluxos: o mesmo conteúdo disponível em São Paulo chega instantaneamente ao interior do MS através do smartphone, dispositivo que já integra o cotidiano de 78% da população brasileira para fins de lazer. Portanto, o desenvolvimento regional passa a depender menos da construção de estruturas físicas pesadas e mais da gestão de políticas de conectividade e incentivo à leitura digital. Ao converter a “tela” de mero suporte de redes sociais em veículo de capital cultural, o estado pode finalmente transitar de uma causalção circular negativa para um ciclo de acumulação positiva, onde o acesso facilitado fomenta novos leitores e, conseqüentemente, novos índices de desenvolvimento humano e regional.

#### 4.2 GESTÃO EDITORIAL E AUTOPUBLICAÇÃO COMO INDUTORA DE DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE LOCAL

A desmaterialização do livro não altera apenas quem lê, mas fundamentalmente quem pode publicar. No modelo de gestão editorial tradicional, o funil de seleção das grandes editoras, concentradas no eixo Rio-São Paulo, historicamente excluiu autores de regiões distantes, cujas temáticas locais eram vistas como de baixo apelo comercial. A convergência digital rompe essa barreira, permitindo que o desenvolvimento regional seja impulsionado pela própria voz do território.

Com a ascensão de plataformas de autopublicação e ferramentas de gestão direta (como a Amazon KDP e plataformas de *e-books*), o autor do interior do Mato Grosso do Sul ganha autonomia. Segundo a teoria dos sistemas produtivos, essa mudança representa uma democratização dos meios de produção. O capital cultural, que antes dependia do “aceite” de uma editora da capital, agora pode ser institucionalizado e circular de forma global a partir de uma gestão local. Esse ambiente tecnológico favoreceu, de maneira decisiva, o avanço dos escritores independentes.

Conforme destacou a *Revista Veja*, a autopublicação “atingiu recentemente 200 mil títulos lançados disponíveis no país” (Capuano, 2021), apenas na plataforma da Amazon. Esse número demonstra a magnitude e o impacto desse movimento na democratização do acesso ao

mercado editorial. Diferentemente do modelo tradicional, cuja seleção editorial era estruturada por critérios rígidos de validação, a autopublicação permite que o autor “assuma o protagonismo na gestão criativa, editorial e comercial da própria obra”, reconfigurando as relações de poder no setor.

Para uma cidade do interior, ter seus próprios escritores publicados digitalmente gera o que se chama de externalidades positivas: fortalece a identidade regional, incentiva o surgimento de novos leitores que se identificam com as histórias locais e movimenta a economia criativa do território.

O desenvolvimento de uma região não se mede apenas por indicadores econômicos, mas pela força de seu capital simbólico. A gestão editorial, ao focar na produção "da tela", permite que a literatura sul-mato-grossense, por exemplo, supere o isolamento geográfico.

Contudo, este tópico defende que a tecnologia sozinha não basta. É necessária uma gestão estratégica que conecte esses autores locais às escolas e bibliotecas digitais da região. Quando o leitor encontra na tela do seu celular uma obra que fala sobre a sua realidade, o livro deixa de ser um objeto de "distinção estrangeira" (como criticado por Bourdieu) e passa a ser um instrumento de pertença. Assim, a gestão da produção editorial digital atua como indutora de desenvolvimento ao transformar o interior em um polo ativo de criação e circulação de saberes, equilibrando as forças no sistema produtivo cultural brasileiro.

#### 4.3 PUBLICAÇÃO DIGITAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AVANÇOS E ENTRAVES

A análise dos dados evidencia que o desenvolvimento regional no Brasil, especialmente no que se refere ao acesso à cultura escrita, permanece condicionado por desigualdades estruturais que se manifestam de forma territorializada. No campo do mercado editorial, essas assimetrias expressam-se na concentração histórica de editoras, livrarias e centros de distribuição nos grandes eixos urbanos, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul, configurando um padrão espacial altamente seletivo na circulação de bens culturais (THOMPSON, 2012; SANTOS, 1996).

Essa configuração territorial da cadeia produtiva do livro produz o que pode ser interpretado como um “vazio bibliográfico” no interior do país, caracterizado pela baixa densidade de equipamentos culturais, pela escassez de livrarias e pela limitada circulação de obras impressas. Tal condição compromete diretamente a formação do capital cultural

objetivado, nos termos de Bourdieu (1996), uma vez que restringe o acesso material aos bens simbólicos que estruturam práticas culturais e processos de distinção social.

A literatura sobre desigualdades territoriais no Brasil aponta que a concentração de infraestrutura cultural acompanha padrões históricos de desenvolvimento econômico e urbano, reforçando assimetrias regionais (FURTADO, 2000; SANTOS, 1996). No caso do livro, essa lógica se traduz em barreiras logísticas e econômicas que limitam o acesso em regiões periféricas, especialmente devido aos custos de transporte, à baixa escala de consumo e à ausência de redes de distribuição eficientes (THOMPSON, 2012).

A teoria da causação circular e cumulativa, proposta por Myrdal (1957), oferece um arcabouço teórico consistente para compreender esse fenômeno. Segundo o autor, o subdesenvolvimento é resultado de processos dinâmicos de retroalimentação negativa, nos quais desvantagens iniciais tendem a se intensificar ao longo do tempo. No contexto do acesso à leitura, observa-se um ciclo no qual a baixa oferta de livros reduz a demanda, a baixa demanda desestimula investimentos e a ausência de investimentos perpetua a escassez de oferta. Esse mecanismo contribui para a manutenção de baixos níveis de capital cultural em determinadas regiões.

Os dados empíricos reforçam essa interpretação. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2024) indica que o índice de leitores no Mato Grosso do Sul (40%) permanece significativamente abaixo da média nacional (53%). Essa diferença evidencia que o acesso à leitura não é apenas uma questão individual, mas está profundamente relacionado às condições estruturais de oferta e circulação de bens culturais.

Sob a perspectiva de Milton Santos (1996), essa realidade pode ser compreendida como a existência de “espaços opacos”, nos quais a circulação de fluxos — materiais e imateriais — ocorre de forma limitada. No caso do livro impresso, a dependência de cadeias logísticas físicas torna-se um fator crítico de exclusão, dificultando a integração de determinadas regiões aos circuitos de produção e consumo cultural.

Entretanto, a análise dos dados também aponta para a emergência de um elemento disruptivo nesse cenário: a convergência digital. A expansão da internet e das tecnologias móveis altera significativamente as condições de circulação da informação, reduzindo a dependência de infraestruturas físicas tradicionais (CASTELLS, 2010; LÉVY, 1999). A digitalização do livro permite que conteúdos sejam distribuídos de forma instantânea, superando barreiras geográficas que historicamente limitaram o acesso em regiões periféricas.

Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de sociedade em rede, proposta



por Castells (2010), na qual a circulação de informações ocorre por meio de fluxos digitais que transcendem fronteiras territoriais. Nesse contexto, o livro digital passa a integrar um ecossistema informacional mais amplo, no qual a produção, distribuição e consumo de conteúdo se reorganizam em torno de plataformas digitais.

Os dados indicam que a infraestrutura tecnológica já está amplamente presente no cotidiano da população brasileira. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura (2024), o uso da internet como principal atividade de lazer cresceu de 18% em 2007 para 78% em 2024. Esse dado revela que o problema do acesso ao livro não pode mais ser explicado exclusivamente pela ausência de infraestrutura, mas envolve questões relacionadas às práticas culturais e à gestão do conteúdo.

Nesse sentido, a análise evidencia um paradoxo central: embora o acesso à tecnologia tenha se ampliado, os índices de leitura permanecem relativamente baixos. Esse fenômeno pode ser interpretado à luz das transformações nas formas de consumo cultural, marcadas pela fragmentação da atenção e pela predominância de conteúdos rápidos e multimodais (JENKINS, 2009; BAUMAN, 2001).

A leitura digital, inserida nesse contexto, tende a assumir características distintas da leitura tradicional. Conforme Chartier (1999), as formas materiais do texto influenciam diretamente suas modalidades de apropriação. No ambiente digital, a leitura frequentemente se torna mais fragmentada, não linear e intercalada com outros estímulos, o que pode impactar a profundidade da compreensão e a formação do capital cultural incorporado.

Dessa forma, a digitalização do livro não deve ser interpretada como um processo automaticamente democratizador. Conforme argumenta Bourdieu (1987), o capital cultural depende não apenas do acesso aos bens simbólicos, mas também das disposições incorporadas que permitem sua apropriação. Assim, a abundância de informação digital não garante, por si só, a formação de leitores, sendo necessário considerar fatores como letramento digital, mediação educacional e legitimidade simbólica.

No entanto, apesar dessas limitações, a convergência digital introduz possibilidades significativas de reconfiguração da cadeia produtiva do livro. A eliminação de custos associados à impressão, armazenamento e transporte físico permite que o conteúdo circule com maior fluidez, ampliando o alcance potencial das obras (THOMPSON, 2012). Essa transformação é particularmente relevante para regiões como o interior de Mato Grosso do Sul, historicamente penalizadas pelas limitações logísticas do modelo físico.

Nesse contexto, a digitalização pode atuar como mecanismo de ruptura do ciclo de

causação circular negativa descrito por Myrdal (1957). Ao ampliar o acesso ao livro, cria-se a possibilidade de estimular a formação de novos leitores, o que, por sua vez, pode incentivar a produção de conteúdos e fortalecer o sistema cultural local. Esse movimento pode dar origem a um ciclo virtuoso de acumulação de capital cultural, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Entretanto, a análise dos dados também revela que essa transição está inserida em um novo regime de produção e circulação de conteúdo, marcado pela centralidade das plataformas digitais. Empresas como a Amazon desempenham um papel dominante na distribuição de livros digitais, configurando o que Srnicek (2017) denomina capitalismo de plataforma. Nesse modelo, a visibilidade e a circulação dos conteúdos são mediadas por algoritmos e lógicas de mercado que podem reproduzir novas formas de desigualdade.

A autopublicação, nesse cenário, emerge como um fenômeno ambivalente. Por um lado, representa uma democratização dos meios de produção, permitindo que autores independentes publiquem suas obras sem a necessidade de intermediação de grandes editoras (CAPUANO, 2021). Esse movimento contribui para a diversificação do campo literário e para a valorização de narrativas locais, fortalecendo o capital simbólico dos territórios.

Por outro lado, a ausência de mediação editorial tradicional pode impactar a qualidade e a visibilidade das obras. Em um ambiente caracterizado pela abundância de conteúdo, a competição por atenção torna-se intensa, exigindo dos autores competências que extrapolam a escrita, como marketing digital e gestão de plataformas (THOMPSON, 2012). Assim, a democratização do acesso à publicação não elimina as desigualdades, mas as reconfigura em novas bases.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a autopublicação apresenta potencial significativo ao permitir que territórios historicamente marginalizados se tornem produtores de conteúdo. A produção local de obras contribui para a construção de identidades culturais e para o fortalecimento do capital simbólico, elementos fundamentais para o desenvolvimento territorial (CANCLINI, 1995; BOURDIEU, 1996).

Entretanto, para que esse potencial se concretize, é necessária uma gestão estratégica que articule a produção editorial digital com políticas educacionais e culturais. A integração de conteúdos digitais em escolas, bibliotecas e programas de incentivo à leitura pode contribuir para transformar o acesso em efetiva formação de capital cultural. Como argumenta Freire (1989), a leitura não é apenas um ato técnico, mas um processo de construção de sentido que exige mediação e contextualização.

No caso específico de Mato Grosso do Sul, essa abordagem se mostra particularmente relevante. O estado apresenta condições estruturais que limitam o acesso ao livro físico, mas também possui um potencial significativo de expansão do acesso digital. A presença crescente de dispositivos móveis e a ampliação da conectividade criam condições favoráveis para a implementação de políticas voltadas à promoção da leitura digital.

Nesse sentido, a conversão da “tela” em instrumento de formação cultural representa um desafio estratégico. Trata-se de deslocar o uso das tecnologias digitais de práticas predominantemente recreativas para práticas de leitura e aprendizagem. Esse processo exige não apenas infraestrutura, mas também ações educativas e culturais que promovam o letramento digital e a valorização da leitura.

Por fim, a análise dos dados indica que a transição do modelo físico para o digital representa uma oportunidade de reconfiguração das dinâmicas de acesso à cultura no Brasil. No entanto, essa transformação só se concretiza plenamente quando acompanhada de estratégias de gestão que considerem as especificidades territoriais, as desigualdades sociais e as transformações nas práticas culturais. A digitalização, portanto, deve ser compreendida não como uma solução automática, mas como uma ferramenta que, quando articulada a políticas e práticas sociais adequadas, pode contribuir para a construção de um modelo mais inclusivo de desenvolvimento regional.

## 5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira a gestão da produção editorial digital pode atuar como indutora de desenvolvimento regional, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais de acesso à cultura escrita, como o interior do Brasil e, em particular, o estado de Mato Grosso do Sul. A partir da articulação entre dados empíricos, sobretudo da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil (2024)*, e referenciais teóricos consolidados, como Bourdieu e Myrdal, foi possível compreender que a transição do suporte físico para o digital não constitui apenas uma mudança tecnológica, mas um processo estrutural com implicações diretas na redistribuição do capital cultural.

Os resultados evidenciam que o modelo tradicional de produção e distribuição editorial, baseado na materialidade do livro impresso, apresenta limitações significativas quando analisado sob a perspectiva do desenvolvimento regional. A concentração da cadeia produtiva em grandes centros urbanos, associada aos custos logísticos e à baixa densidade de



infraestrutura cultural no interior, contribui para a formação de um ciclo de exclusão que restringe o acesso ao livro e compromete a formação de leitores. Nesse sentido, a teoria da causação circular e cumulativa de Myrdal mostrou-se particularmente pertinente para explicar como a escassez de oferta e a baixa demanda se retroalimentam, perpetuando desigualdades culturais e territoriais.

Por outro lado, a análise também demonstrou que a digitalização do livro e a expansão das tecnologias de informação introduzem uma inflexão relevante nesse cenário. A desmaterialização do objeto livro reduz barreiras logísticas e amplia o potencial de circulação de conteúdos, permitindo que territórios historicamente marginalizados acessem, de forma mais imediata, bens culturais antes restritos a determinados centros. Essa transformação reconfigura as condições de acesso ao capital cultural, deslocando o foco da posse do objeto físico para a capacidade de navegação, seleção e apropriação da informação em ambientes digitais.

No entanto, os dados analisados também indicam que a ampliação do acesso tecnológico não se traduz automaticamente em aumento dos índices de leitura. O crescimento expressivo do uso da internet como forma de lazer, contrastando com a estabilidade dos índices de leitura, revela que o desafio contemporâneo não se limita à infraestrutura, mas envolve a formação de práticas culturais e a construção de hábitos leitores. Nesse contexto, a contribuição de Bourdieu é central ao evidenciar que o capital cultural não depende apenas da disponibilidade de bens simbólicos, mas das disposições incorporadas que permitem sua apropriação.

Dessa forma, a hipótese de que a gestão editorial digital pode romper os ciclos de exclusão cultural encontra confirmação parcial. A digitalização cria condições objetivas para a ampliação do acesso, mas sua eficácia depende de processos de mediação social, educacional e institucional. Sem essas mediações, há o risco de que a abundância de informação se converta em consumo fragmentado e superficial, sem impacto significativo na formação cultural dos indivíduos.

Outro aspecto relevante identificado na análise refere-se à emergência da autopublicação como mecanismo de democratização dos meios de produção editorial. A possibilidade de autores independentes publicarem suas obras sem a intermediação de grandes editoras representa uma mudança significativa nas relações de poder do campo literário, permitindo que vozes locais e periféricas ganhem visibilidade. Esse movimento contribui para o fortalecimento do capital simbólico dos territórios, ao possibilitar a produção e circulação de narrativas que refletem realidades regionais específicas.

Entretanto, a autopublicação também apresenta limites, especialmente no que se refere

à visibilidade, à qualidade editorial e à dependência de plataformas digitais controladas por grandes corporações. Assim, embora amplie o acesso à publicação, esse modelo não elimina as desigualdades, mas as reconfigura em novas bases, exigindo competências adicionais por parte dos autores e estratégias de mediação mais complexas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a gestão da produção editorial assume um papel estratégico no processo de desenvolvimento regional. Mais do que disponibilizar conteúdos em formato digital, é necessário estruturar políticas e práticas que promovam a formação de leitores, o letramento digital e a integração entre produção cultural e sistemas educacionais. A articulação entre escolas, bibliotecas, plataformas digitais e produtores locais de conteúdo é fundamental para que a digitalização do livro se traduza em efetiva ampliação do capital cultural.

No caso do Mato Grosso do Sul, essa abordagem se mostra especialmente relevante, considerando os baixos índices de leitura e as limitações estruturais de acesso ao livro físico. A utilização estratégica das tecnologias digitais pode contribuir para superar essas barreiras, desde que acompanhada de políticas públicas consistentes e de iniciativas que valorizem a produção cultural local. Nesse sentido, a transformação da “tela” em instrumento de formação cultural representa não apenas uma possibilidade técnica, mas um desafio político e educacional.

Por fim, conclui-se que a transição do papel à tela representa uma oportunidade histórica de reconfiguração das dinâmicas de acesso à cultura no Brasil. A digitalização do livro, quando articulada a estratégias de gestão e políticas de incentivo à leitura, pode contribuir para a construção de um modelo mais inclusivo de desenvolvimento regional, no qual o acesso ao conhecimento não esteja condicionado à localização geográfica. Contudo, essa transformação exige uma abordagem integrada, capaz de considerar as dimensões tecnológicas, sociais e culturais envolvidas no processo.

Assim, o desenvolvimento regional, no campo da cultura letrada, não depende exclusivamente da expansão de infraestrutura, mas da capacidade de transformar o acesso à informação em capital cultural incorporado. Nesse sentido, a gestão editorial digital se apresenta como um instrumento estratégico para a redução das desigualdades territoriais, desde que orientada por princípios de inclusão, mediação e valorização das identidades locais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, Jerome; HALSEY, A. H. **Power and ideology in education**. New York: Oxford University Press, 1977. p. 487-511.

BOURDIEU, Pierre. The social space and the genesis of groups. **Theory and Society**, v. 14, n. 6, p. 723-744, 1985.

\_\_\_\_\_. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1987.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CAPUANO, Amanda. Livros autopublicados no Brasil batem 200 mil títulos na Amazon. **Veja**, São Paulo, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/livros-autopublicados-no-brasil-batem-200-mil-titulos-na-amazon/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil – 6ª edição: relatório completo**. São Paulo: IPL, 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2025.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma.** Buenos Aires: Caja Negra, 2017.

THOMPSON, John B. **Merchants of culture:** the publishing business in the twenty-first century. Cambridge: Polity Press, 2012.